

ELEMENTOS PSICOSSOCIAIS PARA COMPREENDER O NORDESTE ¹

PSYCHOSOCIAL FACTORS IN UNDERSTANDING
THE NORTHEAST ²

Léo Barbosa Nepomuceno ³ Ângela de Alencar Araripe Pinheiro ⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal colocar em debate, no âmbito da Psicologia, questões referentes à realidade de subdesenvolvimento, tendo como exemplo o Nordeste do Brasil. A partir dos trabalhos de estudiosos que incluem, entre outros, Josué de Castro, Paulo Freire e Martín-Baró levantam-se aspectos da formação sócio-econômica e do contexto atual nordestino, como sua inserção na economia internacional globalizada. Analisam-se as relações entre regime político, ideologia e caráter, bem como os conceitos de: fatalismo, ideologia de submissão e resignação, caráter oprimido, valor pessoal, poder pessoal e consciência. Dentro da perspectiva da Psicologia Social, o artigo analisa questões, tanto de nível macro, como microsossocial, tentando articular conhecimentos para delinear características psicossociais dos povos excluídos, dentro das condições de subdesenvolvimento. Questiona, ainda, relações Estado-Sociedade nos tempos atuais, bem como, aponta propostas de intervenção.

Palavras-chave: ordeste; Psicologia Social; Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The following article has as main objective to debate, in the psychological area, issues related to the underdevelopment reality, using as example the Northeast Area of Brazil. From the works of studios such as Josué de Castro, Paulo Freire, and Martín-Baró among others aspects are raised from the social-economic formation and the current northeastern context, like its inclusion in the globalized international economy. The relations among political regime, ideology and character are examined; as well as the concepts of: fatalism, submission and resignation ideology, oppressed character, personal value, personal power and consciousness. Under the perspective of Social Psychology, the article analyses questions, on the macro level as well as micro social, one trying to articulate knowledge to delineate psychosocial characteristics of the excluded people, under the underdevelopment conditions. It still questions Commonwealth-Society relationship in its present time, as well as it points out proposals of intervention.

Key words: Northeast; Social Psychology; Underdevelopment.

¹ O texto é uma adaptação da monografia do Curso de Graduação em Psicologia (UFC), defendida em dezembro de 2003, com o título "Nordestinos e Nordestinados: elementos para uma reflexão psicossocial sobre subdesenvolvimento no Brasil", elaborada pelo primeiro autor, sob orientação da segunda autora.

² The text is an adaptation of the mexxx author's monography at the psychology course at UFC, which was present in december 2003, intitled "Northeastens (men and women): elements for a psychosocias reflexion about under devepment in Brazil".

³ Universidade Estadual do Vale do Acaraú / Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia. e-mail: leobnepomuceno@hotmail.com.

⁴ Professor aposentado do Curso de Psicologia - UFC.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo constitui uma revisão de literatura científica sobre o Nordeste brasileiro, tentando problematizar as condições de vida da população nordestina. Para tanto, busca articular contribuições de estudiosos de diversas áreas das ciências humanas, realizando uma contextualização sócio-econômica e análise de elementos psicossociais relevantes para a Psicologia Social na compreensão da Região. Tal revisão bibliográfica se dá profundamente influenciado pela prática dos autores em projetos de extensão na Universidade Federal do Ceará, através do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) e do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC).

São referências importantes, neste artigo, estudos de Josué de Castro, Darcy Ribeiro, Tânia Bacelar de Araújo, Alba Carvalho, Paulo Freire, Frantz Fanon, Cezar Góis e Martín-Baró. Esses autores nos ajudam a compreender um pouco das condições sociais, políticas e econômicas que configuram o subdesenvolvimento extremo do Nordeste, e como esse contexto influencia a vida da população excluída da Região. Na construção do texto, o leitor irá perceber que são apresentados e enfatizados alguns aspectos da produção teórica destes autores, não se alongando em um aprofundamento sobre a obra dos mesmos. O objetivo principal é colocar em debate, no âmbito da Psicologia, questões referentes à realidade de subdesenvolvimento. A reflexão sobre este tema tem a intenção de buscar uma aproximação, cada vez maior, com a realidade psicossocial de desigualdade, exclusão e pobreza em que está inserida grande parcela dos nordestinos.

Para tanto, este trabalho busca estudar o Nordeste, tanto em sua heterogenei-

dade, quanto em suas características gerais, de região brasileira da América Latina. Levanta aspectos da formação sócio-econômica e do contexto atual, de inserção na economia internacional globalizada. Dentro da perspectiva da Psicologia Social, analisa questões, tanto de nível macro, como microsocial, tentando articular conhecimentos que possam nos ajudar a compreender a realidade dos povos excluídos, dentro das condições de subdesenvolvimento.

2. ALGUMAS CONTRADIÇÕES E PROBLEMAS NO BRASIL: POBREZA, DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

O Brasil é um país subdesenvolvido, que apresenta contradições extremas, país que possui condições naturais excelentes para produção de vários gêneros alimentícios, tendo economia relativamente forte e uma riqueza cultural genuína e inesgotável. Contudo, devido à má distribuição de renda, dependência econômica e tecnológica, frutos do processo histórico de colonização exploratória e de sua inserção submissa no mercado internacional de capitais (ALBA CARVALHO, 2002), o País apresenta uma sociedade desigual, onde uma pequena minoria apropria-se da maioria dos resultados da produção material e cultural, enquanto grande parcela da população fica com uma pequena parcela da riqueza, vivendo submetida, muitas vezes, a condições de vida subhumanas, sofrendo a marginalização de uma estrutura sócio-econômica excludente.

Como afirma Carvalho (2002, p.5), “o Brasil é um país continental, amplo, heterogêneo, extremamente desigual [...] a 8ª economia do mundo, apontado como o campeão de desigualdade social”. Dentro do contexto desse subdesenvolvimento

contraditório, vemos o maior contingente de nossa população sofrendo as consequências da construção histórica de uma sociedade que gera marginalização social, política e econômica. Temos um povo inserido num modo de vida freqüentemente voltado para a satisfação de necessidades primárias (o que muitos, infelizmente, não conseguem) e impedidos, por condições limitantes, de desenvolver-se nas amplas e diversas esferas da vida humana.

Em seu livro clássico, “Geografia da Fome; o dilema brasileiro: pão ou aço”, Josué de Castro (1984), através da análise da geografia alimentar do nosso País, das carências endêmicas e epidêmicas que assolam nossa população, enfatiza a importância social, econômica e política do estudo do fenômeno da fome no Brasil que, em sua categórica finalidade orgânica, apresenta aspectos biológicos, sociais e econômicos de valiosa significação. Nesse estudo, o autor esclarece que a mais fundamental necessidade humana não está sendo satisfeita pela organização social aqui vigente. Ressalta, também, a necessidade de se atentar para os reais problemas que afetam nossa população e não se prender exclusivamente à esfera econômica do lucro.

Dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostram que, em 2002, cerca de 22 milhões de brasileiros vivem em condição de vulnerabilidade alimentar. Já a Fundação Getúlio Vargas, chegou a um número de 50 milhões de pessoas, segundo critérios da Organização Mundial de Saúde (BRAGA, 2003). Apesar de certa discrepância, tais dados refletem uma realidade dura e cruel para grande contingente populacional no Brasil, que nos fazem pensar na atualidade das análises feitas por Castro.

A supervalorização da esfera econômica parece ter levado nosso País, desde a época colonial até os dias atuais, a uma

busca desenfreada por uma espécie de “desenvolvimento econômico” em detrimento ou à revelia do desenvolvimento das esferas sociais e políticas. O que podemos perceber é que, apesar da ocorrência de mudanças nas esferas política, econômica e social, durante o processo histórico, em geral, toda a sociedade brasileira se estrutura em volta de imperativos de acumulação e “crescimento econômico”, que pouco resultaram em bem estar e justiça social para o conjunto de sua população.

Atualmente, na nova época de mercado-livre do capital, sérias mudanças têm ocorrido, contribuindo, dentre as consequências, para o aprofundamento da exclusão social, que remete a desigualdades sociais e contradições impostas pela supremacia dos imperativos do momento social, político e econômico atual, caracterizado pela mundialização do capital. É a época da globalização da economia, processo extremamente excludente, que seleciona apenas pequenas áreas específicas, direcionando investimentos maciços para acompanhar a competitividade econômica internacional, e esquecendo grandes áreas, que ficam desprotegidas ou excluídas de uma participação significativa no mercado e no processo produtivo. Esta época é marcada por uma atuação do Estado quase nula no campo do social e por seu direcionamento estratégico principal para a economia, seguindo os imperativos internacionais de mercado (CARVALHO, 2002).

Nestes novos tempos, o papel do Estado ganha uma característica ajustadora, trabalhando no sentido de buscar a inserção econômica e se desresponsabilizando da esfera social. No Estado do ajuste ou Estado ajustador, o que se busca é a inserção submissa do Brasil na nova política econômica internacional (CARVALHO, 2002). A priorização da esfera econômica, que se apresen-

ta vinculada aos interesses de grandes grupos internacionais, tem como consequência a secundarização da integração nacional, o que remete a uma crescente desigualdade social, já que obedece a uma lógica de mercado eminentemente excludente. É um Estado que prioriza os imperativos de competitividade internacional e esquece ou desiste de enfrentar os problemas estruturais de miséria e exclusão social, que tal modelo sócio-econômico acarreta.

A exclusão social refere-se “a processos econômicos, políticos e culturais excludentes, processos de marginalização que implicam em não ter um lugar social, ou seja, sem uma posição à qual estejam associados uma utilidade social e um reconhecimento público”(CARVALHO, 2002, p. 10). Estar excluído, neste contexto, não significa estar fora do capitalismo ou do ciclo econômico. Há uma inclusão submissa via consumo, via ciclos marginais de atividades (trabalho informal, por exemplo) e pelas formas de vida de excluídos, que se caracterizam como “formas incipientes de trabalho, pontuais, itinerantes, extremamente precárias, rota do tráfico e da violência, prostituição, vidas no limite, desamparo social, ruptura de laços sociais” (CARVALHO, 2002, p.10).

Observa-se o problema da pobreza, em larga escala, como uma triste marca do subdesenvolvimento nacional. Atualmente, ela cresce e complexifica-se, ganha novo perfil. Vera Telles (1993) fala sobre o novo perfil da pobreza no Brasil, que é caracterizada pela precarização da renda, pela deterioração salarial, pela destituição dos direitos trabalhistas, pelo desmonte dos serviços de proteção social, pela degradação dos serviços públicos e pela ausência de assistência social estatal.

A pobreza brasileira, configurada em nível expressivo, caracteriza uma sociedade

“em que vigoram as regras culturais de uma tradição hierárquica, plasmadas em um padrão de sociabilidade que obsta a construção de um princípio de reciprocidade que confira ao outro o estatuto de sujeito de interesses válidos e direitos legítimos. Essa é a matriz da incivilidade que atravessa de ponta a ponta a vida social brasileira” (TELLES, 1993, p.10).

3. O NORDESTE BRASILEIRO: ESPAÇOS DE AGRAVAMENTO DE PROBLEMAS E CONTRADIÇÕES

Quando analisamos a conjuntura sócio-econômica brasileira, observando as diferentes Regiões do País, que se interligam e formam esta estrutura de subdesenvolvimento e desigualdade nacional, vemos a região Nordeste como uma área em que essa situação manifesta-se de forma extrema: piores índices sociais de desigualdade, insatisfatória estruturação de um mercado de trabalho formal, maiores índices de pobreza, altos índices de analfabetismo, baixa escolaridade e, enfim, exclusão social extremada na maioria absoluta dos municípios (AMORIM&POCHMANN, 2003, p.25). Tal contexto leva-nos a considerar necessário um estudo sobre os impactos dessas condições sobre a vida do povo nordestino. Propomos que busquemos elementos sobre a formação histórica para melhor compreender a crítica realidade atual.

3.1. Aspectos da formação sócio-econômica

Para fins de garantir uma certa especificidade, quanto às áreas ecológico-geográficas, iremos analisar o Nordeste em

duas sub-regiões : o Nordeste Açucareiro, cuja formação econômico-social se deu através da implantação da economia açucareira e de seus anexos na faixa litorânea, área de terras úmidas, que vai da Bahia ao Ceará; e o Nordeste Sertanejo , cuja formação econômico-social se deu através da implementação basicamente da pecuária e do pastoreio nas terras secas, mais distantes do litoral, de clima semi-árido.

No Nordeste Açucareiro, podemos destacar a monocultura, desenvolvida como atividade principal, e o estabelecimento da família patriarcal, como núcleo sócio-cultural modelador da sociedade, elementos importantes para enriquecer nossa reflexão. De acordo com Castro (1984), a monocultura açucareira, estabelecida nos grandes engenhos de açúcar, foi extremamente nociva à sociedade que, nesta sub-região, se constituiu sob a égide do invasor português. Impossibilitou o desenvolvimento significativo da policultura de subsistência, dificultou a existência de uma diversificação alimentar maior para a população e incremento expressivo de outras atividades econômicas. Dificultou o surgimento de formas de utilização mais racionais e auto-sustentáveis do solo fértil de massapé, realizando uma verdadeira degradação dos recursos alimentares desta sub-região.

O engenho de açúcar, no Nordeste, constituiu-se como o núcleo sócio-econômico básico, que direcionou o processo civilizatório na época colonial. Nele, o patriarcalismo se manifestava pela autoridade absoluta do dono da propriedade, um poder irrestrito e brutal. O senhor-de-engenho era o dono da casa, da terra, dos equipamentos,

da matéria-prima. Os escravos feitos mão-de-obra, utensílios do lar e objetos com valor de troca. O senhor exercia uma centralização autocrática, podendo dispor de tudo e de todos com absoluto arbítrio (RIBEIRO, 2000). O poder e preponderância da família patriarcal, que se estruturaram ao redor do senhor de engenho, se instauraram e estenderam por toda a sociedade. Esta força pode ser explicada pelo poder centralizador e coercitivo imposto pelas grandes fazendas ou latifúndios açucareiros.

Portanto, tal sociedade colonial uniuse, de forma arbitrária, desconsiderando as necessidades reais de sua população, pelo objetivo central da produção de açúcar para o mercado internacional. Essa lógica desumana de produção veio, então, permear as relações sociais e aglutinar, através de uma violenta força aculturativa e assimilativa, elementos étnico-culturais de continentes diferentes. Tais elementos contribuíram, de forma sincrética, para a formação de um núcleo civilizatório e organizador do desenvolvimento, e ampliação da produção, dos lucros e das desigualdades sociais. Tal sistema sócio-econômico parece ter se delineado de forma tão rígida e se arraigado ao tecido social, que nos possibilita pensar nos reflexos atuais de tal processo: vivemos numa sociedade que permanece fixada na dependência aos interesses internacionais de mercado e que pouco viabiliza a justiça social para o povo desta sub-região. Povo nordestino que vive a sofrer com a exploração de sua força de trabalho e a usurpação de seus direitos sociais.

A sub-região do Nordeste Sertanejo, por sua vez, é caracterizada pela área mais

² Esta divisão está sendo utilizada originalmente neste estudo e não pretende corresponder à divisão geográfica. É uma conciliação arbitrária e sintética construída a partir das divisões feitas por Josué de Castro (1984) em Geografia da Fome ("Área do sertão do Nordeste" e "Área do Nordeste açucareiro") e por Darcy Ribeiro (2000) em O Povo Brasileiro ("Brasil Crioulo" e "Brasil Sertanejo"). Nosso intuito é ser coerente, de forma geral, com a realidade ecológica, sócio-econômica e cultural do Nordeste.

³ O Nordeste Sertanejo, sub-região adotada e nomeada aqui, refere-se às terras do Agreste (semi-úmidas), da Caatinga e do Alto Sertão.

distante do litoral, na qual se desenvolveu a atividade de pastoreio, criação de gado, de caprinos e de alguns cavalos e mulas. Nessa área, também se desenvolveu a agricultura de subsistência. A sub-região é caracterizada pelo fenômeno da seca, que acomete o solo e a vida dos nordestinos e assume uma dimensão maior do que a climática ou natural, para se tornar um fenômeno social, político e econômico, de consequências calamitosas para a população. Aqui, igualmente, desenvolveu-se uma sociedade vinculada aos grandes latifúndios, onde as relações sociais são permeadas pelo amplo poder reservado aos grandes proprietários (os “coronéis”) e pela resignação e dependência de seus empregados frente àqueles. Os grandes latifúndios do Nordeste Sertanejo tinham, apesar da distância geográfica, proximidade econômica com os engenhos de açúcar, pois a pecuária bovina e caprina, desenvolvidas nas grandes propriedades, tinha o mercado interno como principal alvo da produção e, assim, não só aos engenhos se destinavam, mas, também, a consumidores de outras grandes regiões do País.

A pecuária, implantada com o objetivo de prover alimentação para o mercado interno e como frente de desbravamento e colonização, desenvolveu-se em grandes fazendas ou latifúndios, transformando a posse da terra em algo centralizado nas mãos de uma pequena minoria de “coronéis”. Nesses latifúndios, desenvolveram-se, além do pastoreio, pequenas policulturas de subsistência, bem como algumas atividades extrativistas. O aspecto negativo dessas atividades sempre foi a insuficiência para conseguir absorver a mão-de-obra existente no sertão (RIBEIRO, 2000). Como

resultado, consolidou-se, ao longo da história da sub-região, um progressivo aumento da exploração e barateamento da força de trabalho, refletindo-se num progressivo empobrecimento da maioria da população e dependência aos coronéis.

A preponderância e a expressividade social dos “coronéis” tornaram-se tão notórias nessa sub-região que, muitas vezes, alcançavam visibilidade nacional. Tal poder teve seu fortalecimento do caráter central e preponderante dos latifúndios nos sertões, o que tornou os coronéis verdadeiros donos da vida na região. Com o crescimento da industrialização brasileira, principalmente durante a segunda metade do século XX, houve um progressivo enfraquecimento da influência dos grandes proprietários do sertão. Porém, se anteriormente seu poder era mais geral e arbitrário, atualmente, sua influência parece ainda ser bastante significativa nas decisões políticas e na ordenação social e econômica regional. Se, em nível nacional, os coronéis perderam força econômica e política, no regional ainda impõem-se: uma ordem oligárquica continua, desde a época colonial, a conduzir, segundo seus interesses, as relações com o poder público no Nordeste (RIBEIRO, 1995).

A situação de desigualdade hierarquizada nas relações sociais, que gera pobreza, miséria e dependência dos sertanejos, nos períodos de seca, se agrava ainda mais e chega, muitas vezes, a tomar proporções de calamidade social. Nestes períodos, todas as atividades econômicas sofrem abalos, há a progressiva escassez de alimentos e o sertanejo é obrigado a submeter-se a um nível cada vez pior de subalimentação, que pode chegar a ultrapassar o limite da sobrevivência orgânica. Se no Nordeste Açú-

⁴O Coronel, em linhas gerais, constituía-se como o chefe da família referência nos municípios do sertão nordestino, caracteristicamente autoritário, envolto em relações sociais de bases paternas (simples, bondoso, manipulador).

careiro temos uma área de fome endêmica, no Nordeste Sertanejo, a fome se apresenta em surtos epidêmicos. Relacionam-se diretamente com a intensidade dos períodos de secas e contrastam com os períodos de relativa variabilidade alimentar dos períodos sem estiagem, que caracterizam a vida do sertanejo. Nos períodos de seca, a fome apresenta-se como global, uma fome que é qualitativa e quantitativa, submetendo o homem dessa sub-região a verdadeiro flagelo humano (CASTRO, 1984).

Entretanto, a seca, de forma alguma, deve ser considerada a única causadora do problema da fome no sertão. A pobreza, miséria e fome, às quais está submetida grande parte do povo sertanejo, não parecem decorrer fundamentalmente da seca e sua preponderância climática, mas, sim, da estrutura sócio-econômica hierarquizada e excludente. Tal estrutura, segundo Castro, não consegue absorver uma parcela significativa da população como mão-de-obra; não consegue se auto-sustentar e não possibilita um nível de poder aquisitivo razoável para construir um mercado interno significativo. Este modelo sócio-econômico é que empobrece e empurra a população nordestina para as frentes de retirantes, que emigram para os grandes centros urbanos, transformando o Nordeste num grande provedor de mão-de-obra barata para todo o País.

Em suma, temos um processo colonizador e civilizatório que constituiu, no Nordeste, pedaços de sociedades brasileiras extremamente hierarquizadas, economias desiguais e excludentes, que não conseguem gerar riqueza para a maioria da população, que impõem sérios limites ao bem estar social, crescimento e desenvolvimento humano na Região. Tais problemas sociais vêm reclamar uma tomada de posição por parte da Psicologia, quanto à necessidade

de considerar o processo histórico em que estão inseridos os nordestinos e estudar os reflexos psicológicos e subjetivos dessa sociedade hierarquizada e desigual. Torna-se emergente, também, considerar o contexto atual e criar formas de intervenção psicológica que contribuam para a transformação dessa realidade.

3. 2. O Nordeste atual: algumas considerações

No Nordeste de hoje, podemos perceber características novas, que fogem do velho estereótipo de região atrasada, bem como a permanência, com uma nova roupagem, das tradicionais estruturas sociais, políticas e econômicas.

Tânia Bacelar de Araújo (2003) relaciona sete áreas ou pólos dinâmicos bem ajustados na Região: o complexo petroquímico de Camaçari; o pólo têxtil e de confecções em Fortaleza; o complexo minero-metalúrgico de Carajás-Maranhão; o pólo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro; as áreas de moderna agricultura de grãos que se estendem desde os cerrados baianos, até o Maranhão e Piauí; o pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte; os diversos pólos turísticos localizados principalmente pelo litoral nordestino. Tais áreas encontram-se relativamente bem adaptadas aos paradigmas tecnológicos atuais e fazem do Nordeste referência nacional e até internacional.

Entretanto, o processo de inserção do Nordeste na linha de crescimento econômico é excludente. As áreas modernizadas convivem com outras que resistem às mudanças impostas pela globalização. Estas são consideradas atualmente como não-competitivas, pois já não conseguem acompanhar o nível de desenvolvimento tecnológico e produtivo exigido pela econo-

mia mundializada, são áreas que historicamente caracterizaram a Região, mas que se encontram num segundo plano de abrangência econômica - as zonas cacauceiras, as zonas de canavieiras e o sertão semi-árido (CARVALHO, 2002).

Portanto, dentro do contexto de ajuste à economia mundializada, o Nordeste tem áreas em posições privilegiadas. Tal fato faz com que, se avaliarmos a economia nordestina como um todo, desde a década de 60 até os dias atuais, ela vem acompanhando a velocidade de crescimento econômico nacional e deixando, assim, de se constituir como uma área de atraso e lento crescimento econômico. Como observa Araújo (2003, p.10) “as atividades econômicas do Nordeste tendem a acompanhar, no geral, bem de perto as principais tendências da economia brasileira”. Entretanto, nesse contexto de ajustamento nacional, o Nordeste, mesmo suas áreas modernizadas, insere-se como uma região de segundo escalão econômico (CARVALHO, 2002).

As disparidades ou desigualdades sociais apenas se agravam atualmente. Apesar da evolução tecnológica e modernização de algumas atividades,

levantamento recente do IPEA mostra que, em 1990, dos 32 milhões de brasileiros indigentes, 17,3 milhões estavam no Nordeste (55% do total nacional). Mais de 10 milhões na zona rural da região. Assim, com 46% da população rural brasileira, o Nordeste tem 63% dos indigentes brasileiros que vivem nas áreas rurais. Dos indigentes urbanos do País, quase 46% estão no Nordeste (ARAÚJO, 2003, p.03).

Nas áreas tradicionais, que impõem certa resistência às mudanças e que se constituem como as mais abrangentes da Região, a rigidez das velhas estruturas sócio-econômicas e políticas vem se mantendo.

A questão fundiária vem se agravando. Na Zona da Mata (onde se localiza o que chamamos de “Nordeste Açucareiro”), o monopólio da cana se ampliou. No Semi-árido (“Nordeste Sertanejo”), a seca e o crescimento da atividade pecuária, com relativa modernização, vêm agravando a concentração de terras, e constituindo, no sertão, os maiores latifúndios do País. Temos, na Região, em suas áreas mais abrangentes e características, a manutenção da tradicional oligarquia. Isso decorre do fato desta velha elite ter, na concentração de terras, base para a sustentação e preservação de seus interesses.

O Nordeste, então, como coloca Araújo (2003), apresenta-se como heterogêneo, constituído por vários “nordestes”. E, dentro da pluralidade nordestina, as disparidades e distâncias encontram-se alargadas, convivem o novo e o tradicional, o moderno e o atrasado em condições contrastantes. “É a simbiose do novo e do velho, do dinâmico e do tradicional, gestando a complexidade do tecido social nordestino” (CARVALHO, 2002, p.9). Portanto, é limitado conceber o Nordeste a partir de estereótipos tradicionais de uma região problemática e homogênea. Estes estereótipos se constituem como generalizações impróprias e até mesmo ingênuas. O importante, nesse estudo, é tentar uma compreensão geral da complexidade em que se dá a inserção da Região no contexto nacional e internacional. É conceber os Nordestes como exemplos de realidades subdesenvolvidas próprias da América Latina e que, como exemplos brasileiros, apresentam peculiaridades locais e características gerais.

Dentro de uma estratégia emergente de políticas públicas para o Brasil, que possibilitem uma melhor integração da população e superação da pobreza e miséria, é importante a contribuição da Psicologia

na compreensão das disparidades regionais dentro do País, bem como na análise das desigualdades em nível microssocial – uma análise apenas em nível macrossocial, a partir de dados gerais, pode perder as peculiaridades e a concretude das realidades locais.

O estudo da realidade do povo nordestino deve contemplar aspectos gerais e específicos. Para tanto, é sempre importante ter em vista que o Nordeste é um dos grandes bolsões de miséria do mundo. Torna-se necessário afirmar a existência dos sérios problemas nordestinos e promover debates sobre estes, levando em consideração a complexidade e relatividade do tema. A Psicologia tem um papel social importante nesse debate e não pode ficar de fora.

4. O NORDESTE: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

Para melhor compreender a realidade de extremo subdesenvolvimento da região Nordeste, dentro de sua complexidade, é importante uma análise que se detenha num nível microssocial, que partindo de elementos históricos, econômicos e sociais, possa chegar a tocar em aspectos psicológicos contextualizados. Neste intuito, examinaremos alguns conceitos importantes e reflexões criadas a partir da realidade de subdesenvolvimento sócio-econômico.

4.1 - O fatalismo, dominação social, manipulação institucional e econômica

Ignacio Martín-Baró (1998), psicólogo social espanhol-salvadorense, nos dá elementos para problematizar as condições em que vive a maioria dos povos latino-americanos. Martín-Baró estuda a síndrome fatalista como um fenômeno psicossocial in-

timamente ligado às condições de pobreza e miséria produzidas pelas estruturas sócio-econômicas, em que vivem as maiorias populares na América Latina. Tal fenômeno se configuraria como uma espécie de “dormência” ou “torpor” destes latinos frente à realidade desumana em que estão inseridos, e isso resultaria no desenvolvimento de uma certa passividade frente aos fatos sociais.

O fatalismo é uma atitude de aceitação frente a este mundo contraditório e desigual. Isso acontece, por exemplo, quando o indivíduo “acostuma-se” com um dia-a-dia violento e pobre. Quando, em condições subumanas de existência, pouco contesta ou não tenta mudar de forma significativa a realidade, não faz planos de melhorias, vive como, segundo Martín-Baró, numa cotidianidade atemporal. O fatalista vive pseudo-marginalizado de seu próprio processo histórico, vive submetido de forma passiva a uma lógica de relações sociais de dominação, que se reflete nos níveis micro e macrossocial. Como atribuições do “destino”, os acontecimentos sociais passam a perder historicidade e processualidade, há um aparente estancamento do tempo histórico. A realidade social passa a naturalizar-se e apresentar-se em ciclos pré-determinados, onde um presente de pobreza e adversidades sempre perdura como um fenômeno da natureza, que ao homem só cabe aceitar.

Para Martín-Baró (1998), o fatalismo não se apresenta como homogêneo, não é resultado de uma relação mecânica de causa e efeito. Este deve ser considerado dentro da especificidade e complexidade de cada contexto sócio-histórico, portanto, apresenta-se em diferentes graus e tem múltiplas facetas. Partindo deste importante pressuposto, o autor levanta alguns dos elementos mais característicos do fatalismo latino-americano, o qual se apresenta

nos indivíduos no nível de pensamentos, dos sentimentos e dos comportamentos. As idéias ou pensamentos mais comuns da atitude fatalista são: conceber que, desde o nascimento, o destino das pessoas já está determinado, já está escrito o caminho que irá seguir na vida, o que irá fazer, o que poderá ser e quais papéis poderá desempenhar na sociedade; as pessoas nada podem fazer para mudar este destino predefinido, pois sua vida é regida por forças superiores que são alheias ao seu controle e poder. Cabe, então, a um Deus soberano a definição do destino das pessoas, do mundo e da sociedade.

Quanto aos sentimentos mais comuns, o autor enfatiza a aceitação resignada do destino. Para o fatalista, não adianta rebelar-se ou ressentir-se, a inevitabilidade do destino não deixa espaço para surpresas ou grandes mudanças. Portanto, não se deve deixar afetar-se pelas alegrias ou tristezas, o que conta é aceitar as coisas com coragem e dignidade. A vida é concebida como uma grande e difícil prova, uma prova exigente e dolorosa, onde os sofrimentos e as dificuldades são entendidos como normalmente freqüentes. O destino ou a própria vida são identificados como um sofrer contínuo. Os principais traços ou tendências comportamentais, por sua vez, são: o conformismo frente à “naturalidade” e inevitabilidade do destino e a submissão às exigências deste, são as formas adequadas de agir e, assim, até evitar problemas adicionais; a passividade aparece, então, como a melhor forma de adequar-se ao destino fatal, já que não adianta imprimir esforços para modificar a realidade de sofrimento em que se está inserido. O horizonte de vida reduz-se ao presente. O passado e o futuro só são vis-

tos para confirmar a permanência do sofrimento. Deve-se concentrar apenas nas exigências imediatas da realidade, adaptando-se da melhor forma possível.

Para Martín-Baró, a síndrome fatalista aparece não só como um estereótipo atribuído de forma depreciativa, displicente e descontextualizada aos povos latino-americanos, mas também como uma atitude real que grande parcela das populações, principalmente as mais pobres, portam diante da vida. Na síndrome fatalista, há um elemento de falsidade e outro de verdade. O falso é atribuir a imutabilidade das condições de vida a um destino fatal determinado pela natureza da vida, ou ainda por um Deus soberano. A verdade “[...] consiste en la verificación de que resulta imposible a las mayorías populares latinoamericanas lograr un cambio de su situación social mediante sus esfuerzos. El fatalismo detecta acertadamente el sintoma, pero yerra en su diagnóstico” (1998, p.90-91).

Infelizmente, tornou-se claro, durante o processo histórico de colonização dos povos latino-americanos (e aqui temos exemplos nordestinos), que tanto os esforços laborais quanto políticos destes povos não têm obtido grandes sucessos ou resultados significativos: há uma tendência à imutabilidade da injustiça social, de fato, que se dá pela permanência histórica da exploração e exclusão social nos contextos nacionais e regionais, bem como da dependência econômica dos países latino-americanos, em nível internacional.

Como pudemos ver, na região Nordeste, temos uma longa história de opressão do povo. Temos uma sociedade hierarquizada, caracterizada pela exclusão social, pobreza, fome, analfabetismo, da qual nos falam Carvalho (2002), Araújo (2003), Castro (1984), Ribeiro (2000), Amorim & Poch-

mann (2003) e Braga (2003). É notável a permanência da dominação social interna e da dependência econômica externa, das desigualdades sociais se agravando e proliferando, através da história, precárias condições para a maioria dos nordestinos. Os autores comentados nos permitem retornar ao pensamento de Martín-Baró, e compreender que o fatalismo, ainda que se constitua como uma síndrome pessoal, é um correlato psíquico de estruturas sociais excludentes e opressoras. Não a partir de uma relação mecânica de causa e efeito, entre estruturas objetivas e subjetivas, mas uma complexa correlação entre estas, “se trata el hecho obvio de que el orden y funcionamiento de cada regimen social propicia unas actitudes mientras dificulta otras, premia ciertas formas de comportamiento mientras prohíbe y castiga otras” (1998, p.93). Fica explicitada a existência do que o autor denomina de esquemas comportamentais classistas, que são diferencialmente estimulados, reforçados ou punidos de acordo com os interesses sociais em jogo na complexidade do tecido social. O fatalismo, nesse contexto, aparece como um esquema comportamental reforçado principalmente para as classes mais pobres, para as quais a racionalidade do sistema vigente nega a satisfação das necessidades mais básicas (Ibidem).

César Wagner Góis, influenciado pela convivência com a realidade psicossocial nordestina, na realização de pioneiros trabalhos de Psicologia Comunitária no Ceará, denuncia a manipulação institucional e econômica por que passa a classe oprimida. Tal manipulação retrata a dura realidade imposta a grande parcela da população pelo *totalitarismo de mercado*⁶, que mar-

ca a estrutura sócio-econômica vigente. Ao pobre é destinado certo modo de vida já pré-estabelecido por sua classe, onde “sua trajetória de vida é definida do nascer ao morrer dentro da miséria, da ignorância, da violência e da marginalização social, política e econômica” (1985, p.83).

A estruturação social vem impor a fatalidade de fato para grande parcela dos povos latino-americanos,

al condenar de antemano al fracasso los esfuerzos de superación que pudan realizar las personas. Así, los miembros de las classes dominadas irán aprendiendo cual es ‘su sitio’ en la sociedad como pobres, ignorantes, campesinos o indígenas [...] El lugar de nacimiento se convierte así en lugar de destino. El fatalismo es, por ello, una realidade social, externa y objetiva antes de convertirse en una actitud personal, interna y subjetiva (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.95-96).

O fatalismo constitui-se como interiorização da dominação social. Assim, é um valioso instrumento aliado ao sistema estabelecido, pois justifica e ‘premia’ posturas de conformismo e submissão, diminuindo a necessidade de utilização de mecanismos de coerção repressiva. Induz comportamentos dóceis frente às exigências do sistema, contribuindo para a perpetuação da exploração social (Idem). Desta forma, compreendemos que o fatalismo aparece para dar sentido à permanência das condições precárias de vida, que se apresentam historicamente como pobreza e opressão social. A realidade opressiva e o fatalismo, com seu caráter ideológico, dão naturalidade ao processo histórico, contribuindo para a reprodução das condições vigentes.

⁶ Totalitarismo de mercado refere-se às ações de definição e controle das instituições, das leis e das próprias pessoas, por aqueles que detêm o poder econômico (GÓIS, 1985).

4.2 - Regime político, ideologia e caráter

Cabe agora discutirmos as relações entre regime político, ideologia e caráter, na perspectiva dos países subdesenvolvidos, analisando as estruturas ideológicas que corroboram com a dominação, em nível macrossocial e psicológico. Regime político é entendido aqui como “una ideologia, constituida en sistema, que organiza y regula las formas de vida de un determinado conglomerado social en un determinado tiempo y circunstancia”(MARTÍN-BARÓ, 1998, p.54). Três aspectos constituem-se como essenciais para a compreensão dos regimes políticos: ser expressão de uma ideologia; constituir-se como uma totalidade integrada e organização concreta das formas de vida de um determinado agrupamento humano; e ser uma realidade histórica processual.

O regime político é a expressão de uma ideologia que determina, de forma particular mas englobadora, as relações dos homens entre si e com os objetos da realidade. Constitui-se como um sistema de significação advindo de esquemas de interpretação e vivência da realidade histórica. É entendida como sistema de valorações através do qual os homens de uma determinada sociedade concreta vivem suas relações com o mundo. Este sistema influenciará decisivamente no desenvolvimento da consciência que os indivíduos terão do mundo e do processo histórico. Uma constante ideológica irá caracterizar fundamentalmente a estrutura do regime político.

Quanto à auto-regulação, a estrutura da ideologia tem amplo poder de abrangência e determina em grande medida a construção e reconstrução do mundo objetivo e subjetivo: “toda ideología tiende a hacerse totalitaria, a penetrar cada vez mas en la intimidad de los grupos y de los in-

divíduos, llegando hasta a determinar su pensamiento, sus necesidades y sus aspiraciones” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.59).

A função da ideologia, como estrutura de significação de um regime político, é organizar as formas de vida integradas neste regime, bem como adaptar os indivíduos a estas formas organizadas: “la organización del sistema de vida reduce la realidad ‘externa’ a sus propios intereses, mientras que obliga a sus individuos (realidad ‘interna’) a acomodarse a esta realidad ‘externa’, ya transformada valorativamente en sus propios intereses” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.60).

Góis (1984, p.100) observou, dentro do contexto do subdesenvolvimento nordestino, a existência de uma *ideologia de submissão e resignação* que “dá o elemento de sustentação e reforço da repressão ao núcleo de vida⁷ do oprimido [...] presente nas condições de vida e na própria estrutura psíquica dessa classe social”.

A *ideologia de submissão e resignação* é definida como:

[...] uma rede estrutural e funcional da submissão e resignação, presentes numa ideologia tecida ao longo do tempo para manter o oprimido afastado da vida, impedindo-o de acreditar no seu potencial de realização humana e a agir com consciência, autonomia e intimidade (1984, p.101).

É uma ideologia que perpassa as relações e a vida, de forma geral, das classes pobres e oprimidas. Configurando-se como estrutura de significação dos regimes políticos aqui vigentes, tem o objetivo de “naturalizar” atitudes de submissão e resignação frente à realidade social opressiva, através do reforçamento destas. Tem a função política de facilitar a dominação e exploração social, pela conseqüente diminuição da

tensão social. Um verdadeiro controle que é possibilitado pelo processo de “domesticação” ideológica dos indivíduos. A ideologia de submissão e resignação reforça os traços caracterológicos que configuram o caráter oprimido, sua formação, produção e reprodução dentro das classes oprimidas. Analisemos, para tanto, o conceito de caráter, suas relações com o regime político, bem como algumas constantes psico-ideológicas na América Latina.

O caráter, neste estudo, é concebido como um modo de estar no mundo, de interagir com o ambiente, é uma posição existencial, o modo típico de um indivíduo de responder aos estímulos vindos do exterior e do interior (MARTÍN-BARÓ, 1998).

J.L. Faure (apud MARTÍN-BARÓ, 1998, p.43) sintetiza a definição de caráter como:

conjunto de disposiciones permanentes que rigen a cada individuo em sus relaciones com el mundo exterior y consigo mismo y que le dan un estilo de reacción propio (característico) en las situaciones vividas [...] El carácter es el signo, fijo en su forma (como un carácter de imprenta), grabado en todo individuo, signo que imprime su marca a la vivencia subjetiva y confiere así su estilo a una doble huella: la de la vida en el sujeto y la del sujeto en la vida.

O caráter, como realidade psicológica, é aquilo em virtude do qual os dados do mundo objetivo adquirem uma forma e uma significação peculiar e característica para um determinado sujeito (MARTÍN-BARÓ, 1998). As particularidades da formação do caráter num indivíduo se dão como resultante, predominantemente, do contexto

sócio-histórico, não sendo, portanto, algo inerente ou essencialmente natural. Existe uma correlação intrínseca entre regime político e os traços caracterológicos da população submetida a este. A ideologia, em nível social, como vimos, constitui as estruturas de um regime político. A ideologia, em nível individual, vem a constituir a estrutura caracterológica de cada pessoa: “la función del carácter consiste precisamente em preservar a unidade de sentido frente ao novo [...], organizando un mundo y cuidando, mediante esquemas preferenciales de reacción e regulaciones de ordem compensatorio, de su supervivencia”(MARTÍN-BARÓ, 1998, p.61).

No caráter, há um predomínio do fator assimilativo frente ao meio externo, e acomodativo frente ao interno. É importante enfatizar que essa assimilação caracterológica indica que, frente às realidades externas (objetos, pessoas ou objetivos), o indivíduo “mediante un determinado esquema de referencia, reduce esas realidades en sus posibilidades de significación” (1998, p.61) e isso permite que tenha uma certa constância reacional, que não é única ou estereotipada, mas que é relativamente homogênea e determina um padrão emocional, um certo modelo de vivenciar do indivíduo frente à realidade externa. Já a acomodação caracterológica indica a redução das possibilidades de vida de um indivíduo aos esquemas de sentido construídos previamente (Ibidem).

O conceito de caráter oprimido, construído por Góis (1984), propõe-se descrever um conjunto de características psicossociais e corporais da classe pobre e oprimida, resultante de uma estrutura psi-

7 Núcleo de vida “[...] se manifesta através das vivências de vitalidade, sexualidade, criatividade, afetividade e transcendência” (GÓIS, 1993, p.50).

cológica formada e desenvolvida nas condições de miséria, de ignorância e marginalização em que estão inseridos. Tal estrutura psicológica orienta-se para resguardar o indivíduo, “é um modo de sobrevivência construído inconscientemente pela classe oprimida para reduzir sua angústia e sofrimento frente à miséria e à violência, para não ser eliminada psíquica e fisicamente” (GÓIS, 1993, p.51). Para o autor, enquanto as classes abastadas estruturam seu psiquismo em atividades voltadas para um desenvolvimento pessoal mais amplo, na classe oprimida, o psiquismo está vinculado ao objetivo central da sobrevivência sócio-econômica. O caráter oprimido é representado, então, em nível visível, por características psicossociais de classe, resultantes de uma estruturação e desenvolvimento de um psiquismo voltado, de forma crônica, para a satisfação das necessidades primárias de sobrevivência. Como enfatiza Góis, este caráter:

É formado pelo bloqueio do potencial evolutivo ou núcleo de vida, realizado pelas condições psicossociais e econômicas de sobrevivência e reforçado por uma ideologia de submissão e resignação. Não é um caráter neurótico e sim um caráter alienado. Isso quer dizer que o caráter oprimido é fruto do subdesenvolvimento e não de uma psicopatologia (1993, p.50-51).

Em suma, no pensamento de Góis, esse caráter é uma estratégia de sobrevivência frente às condições limitantes impostas pelas classes dirigentes, condições que se expressam pela constante agressão ao núcleo de vida do oprimido. Tal agressão atua desde a vida intra-uterina até a adulta, e representa uma obstrução da vida, uma verdadeira limitação ao desenvolvimento pessoal do oprimido. Tal limitação encontra razão no controle da tensão social e na manutenção da estrutura social au-

toritária. Aprisionado nesse modo de viver alienado, dificilmente o oprimido consegue construir uma solução viável de crescimento pessoal e social. Vive à mercê da manipulação institucional e econômica, numa espécie de “inércia social”.

Compreendemos que o conceito caráter oprimido apresenta-se como uma concretude na realidade nordestina, que expressa, em certa medida, um correlato psíquico e corporal da estrutura sócio-econômica opressora, que atua no subdesenvolvimento extremo. O caráter oprimido relaciona-se ao regime político vigente e à ideologia de submissão e resignação, é retrato de uma estrutura sócio-econômica que age de forma destrutiva e repressora sobre o psiquismo de nossa população. Góis afirma que esta estrutura age enquadrando e destruindo os oprimidos, limitando suas perspectivas de vida, bem como configurando formas subumanas de existência, pautadas na negação da vida e de seu potencial de crescimento: “As relações sociais assentadas em um quadro de exploração e miséria como esse são desastrosas para a formação e o desenvolvimento do indivíduo e da população” (GÓIS, 1984, p.97).

Martín-Baró (1998) nos dá mais elementos para pensar as correlações entre ideologia, regime político e os traços caracterológicos, que nos parecem diretamente relacionados com o caráter oprimido e suas manifestações no nordestino. A partir de três instituições básicas, a família, a escola e a moral, o autor analisa os traços ideológicos, do nível social até o psicológico, dos atuais regimes políticos vigentes, nas sociedades latino-americanas contemporâneas.

Para Martín-Baró, realidade psicossocial da família, na América Latina, é marcada pela instabilidade entre o casal de

pais, pelo abandono de mulheres e filhos. Essa família é marcadamente patriarcal. Os conflitos entre as figuras parentais, profundamente influenciados pelas condições sócio-econômicas, criam um ambiente de instabilidade frente aos filhos, o que gera dificuldades de maturação emocional e conseqüente insegurança psíquica: “inmadurez e inseguridad que configuran un patrón de dependencia emocional” (1998, p.65-66).

Quanto à escola, é notável a presença de uma estrutura marcadamente vertical e autoritária, que priva pela competitividade e gera individualismo e passividade; o aluno é estimulado a considerar os demais como rivais, a aspirar o sucesso individual, a colocar-se acima (ou por cima) dos outros. Vencer na vida é sinônimo de derrotar os outros, corroborando com a afirmação de Martín-Baró (1998, p.66): “la competencia escolar infunde en el alumno el individualismo más feroz como norma y criterio de vida”. A verticalidade autoritária se expressa através do que Paulo Freire (1979) chama de educação bancária, pautada na imposição, transmissão ou “depósito” de saberes, na importação descontextualizada dos conhecimentos, na passividade dos alunos, na supremacia ideológica do saber científico sobre o saber popular.

No entender de Martín-Baró, moral é entendida como “las normas reales que rigen el comportamiento concreto e las costumbres de una sociedad o grupo social” (1998, p.67). Nas sociedades latino-americanas, estas normas reais são caracterizadas, segundo o autor, principalmente, pelo autoritarismo e individualismo refletidos numa moral formalista, constituída como duplicidade, a partir de um desacordo entre aparência e fundo, contradição entre discurso e ação, entre

teoria e prática social. Tal moral produz na população, o que o autor chama de fariseísmo (farisaísmo).

Segundo Martín-Baró, a ideologia dos regimes políticos na América Latina perpassa a família, a escola e a moral, de forma a condicionar, em grande medida, as estruturas psíquicas dos indivíduos com o interesse de produção e reprodução de um povo dependente, individualista, passivo e fariseu.

A *dependência emocional* obriga o indivíduo a buscar satisfações fora de si mesmo, induz a uma possessividade frente às pessoas e ao mundo, a uma fetichização da realidade. Essa dependência possessiva torna-se alvo fácil de manipulação por parte dos que possuem os meios materiais (fetichizados) e de gratificação da sociedade.

O individualismo, por sua vez, além de barrar, na raiz, os esforços de organização popular e comunitária, “enclava al individuo em parte y lugar de la estructura que, según la dinámica ideológica, le corresponde (clase social, etc)” (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.68). Desenvolve-se uma espécie sutil de postura sádica, onde a vida se configura a partir da “morte do outro”, naturaliza-se a lei do mais forte.

A passividade do povo permite um controle quase absoluto das forças disponíveis pelo regime político, sem que precise empregar meios explicitamente mais violentos e repressivos. Ela se expressa numa postura de espera frente às autoridades e ao governo, espera das iniciativas, das realizações, da bondade e da maldade (MARTÍN-BARÓ, 1998). A passividade se traduz numa idolatria da tecnocracia (onde se supervalorizam os títulos acadêmicos), bem como na submissão frente à figura do técnico, que possui as titulações e reflete-se numa baixa participação social nas decisões políticas.

O farisaísmo tem impactos ideológicos sutis sobre os indivíduos, contribuindo para a reprodução do sistema:

El fariseísmo lleva a una actitud de escetismo con respecto a la realidad presente, a um pesimismo con respecto al futuro y, por consiguiente, a una resignación justificatoria de cualquier situación social: si todos mienten, si todo es falsedad y doblez, nada cabe esperar de nadie y, por tanto, lo más coherente es tratar de sacar el mayor jugo posible - mucho o poco - a la situación actual (MARTÍN-BARÓ, 1998, p.68).

Tal moral estrutura uma postura esquizóide nos indivíduos, geradora de inautenticidade, uma insatisfação ilocalizável e uma ânsia irrefreável de escape: “La patológica necesidad de escapismos a todos los niveles es síntoma indudable de una vida desgarrada en su esencia más profunda, de una existencia desequilibrada que exige la compensación maniaca de la droga, la fiesta o el desquiciamiento eufórico”(1998, p.69).

Esses quatro componentes (dependência, passividade, individualismo e farisaísmo) são, portanto, estruturadores do caráter individual e se constituem como correlato psíquico das estruturas ideológicas e dos regimes políticos vigentes nas sociedades latino-americanas. Entendemos que esses traços psicossociais, destacados pelo autor como estruturadores básicos do caráter da população latino-americana, em geral, podem servir como importantes elementos de análise. Acreditamos na possibilidade da realidade nordestina constituir-se como um locus, onde estes traços psicossociais desenvolveram-se historicamente. Um posterior estudo, mais aprofundado, dessas três instituições básicas (família, escola e moral) merece ser feito para compreender a caracterologia do latino-americano nordestino, dentro de suas especificidades.

É necessária, acreditamos, uma melhor compreensão de como as estruturas sócio-econômicas influenciam ou, como enfatiza Martín-Baró (1998, p.70-71), determinam o perfil caracterológico dos indivíduos. É importante investigarmos até que ponto as estruturas sócio-econômicas têm o poder de determinar, decisivamente, o psiquismo dos indivíduos; quais os limites de tal determinação e quais as formas de se lutar a favor da preservação da autonomia dos indivíduos na regência de suas vidas.

Apresentamos, em seguida, uma pequena análise de como, no contexto geral de subdesenvolvimento, é operada violentamente, sobre grande parcela da população, a limitação de seu potencial de desenvolvimento pessoal e social e o condicionamento do seu modo de perceber a si mesmo e a relação homem-mundo.

4.3 – Subdesenvolvimento: limitações ao desenvolvimento pessoal e social

As condições de miséria, exclusão e opressão social limitam o desenvolvimento pessoal e social das populações marginalizadas da sociedade nordestina.

Falando sobre a realidade de bairros pobres, Góis (1993, p.53) problematiza a desorganização psicossocial aliada às condições de miséria: “de um modo geral, a vida dos moradores revela acentuada desorganização e desagregação individual e social”. Nesses meios, característicos das periferias, há um freqüente “bloqueio” do que o autor chama de valor pessoal e poder pessoal. O valor pessoal é um sentimento de valor intrínseco, entendido como uma tendência realizadora natural dos indivíduos, que se expressa através do contato com o núcleo de vida: “Sentir-se capaz de viver, gostar de si mesmo, acreditar na sua capa-

cidade de conviver e realizar trabalho são expressões do valor pessoal” (GÓIS, 1984, p.103). O poder pessoal remete, por sua vez, à capacidade do indivíduo de transformar a realidade, a partir de sua influência na construção de suas relações com os outros e com o mundo. Valor pessoal e poder pessoal se constroem e se reconstróem nas relações sociais.

A partir dessas idéias, podemos pensar que ambientes extremamente opressores, como a realidade nordestina o é para a maioria de sua população, promovem uma freqüente inibição do desenvolvimento do valor pessoal e do poder pessoal da população, o que vem expressar-se pelos “apáticos” contatos sociais, pela baixa auto-estima ou despotencialização dos moradores, pelo individualismo e fatalismo.

Apoiando-se em Vygotski e Paulo Freire, Góis (2003b)⁸ define a consciência, como “[...] la propiedad de la psique que da sentido tanto a la vida psíquica, como a la propia actividad externa, y que ésta, a su vez, orienta y da la sustância de la propia consciencia. La consciencia, por lo tanto, está formada bajo determinadas condiciones de la actividad práctica y de la propia psique”. Tal propriedade da psique remete à capacidade do indivíduo de apreender a complexidade da realidade objetiva (o mundo) e a vida interior (apreensão de si).

Ao levar em consideração as condições-limite do Nordeste, é possível pensarmos na formação e desenvolvimento de uma consciência limitada de grande parcela dos nordestinos. Uma consciência bloqueada pelo fatalismo, pela ideologia de submissão e resignação, pelo caráter oprimido, bem como pelas diversas constantes

psico-ideológicas. Há uma limitação ou bloqueio imposto pela crueldade da estrutura sócio-econômica, que tenta reproduzir, e até intensificar, as formas de exploração e opressão, regidas pela busca do lucro e da acumulação de capital. Consideramos, ainda, que tal bloqueio age delimitando os processos de construção, desconstrução e reconstrução da existência dos sujeitos nordestinos, demarcando a apreensão que têm de si e do mundo.

A exclusão social, que nega uma inserção social mais ampla e profunda, conseqüentemente, nega uma apreensão do mundo mais abrangente e significativa, empurra os indivíduos a um “submundo de pobreza”, que é extremamente violento para o desenvolvimento pessoal e social, e limitante para o aprofundamento da consciência. Há uma espécie de castração da capacidade de inserção e apropriação do mundo, um bloqueio da capacidade de leitura crítica da realidade, uma limitação do que Freire (1996) chama de vocação ontológica dos indivíduos de intervir no mundo. A exclusão social, pois, pode induzir os indivíduos muito mais a uma adaptação social do que a uma transformação da realidade, a uma posição alienada de seus condicionamentos históricos, numa posição fatalista, sem a consciência de ser inacabado, como diria Paulo Freire.

Seguindo para as considerações finais, cabe refletirmos sobre algumas possibilidades da Psicologia constituir-se como uma ciência situada e comprometida com a realidade social, contribuindo na busca da transformação das condições de subdesenvolvimento extremo, que temos, por exemplo, no Nordeste brasileiro. É importante

⁸ Texto ainda não publicado, utilizado nas aulas da disciplina de Psicologia Comunitária, ofertada pelo Departamento de Psicologia da UFC, com o título de “A Consciência Pessoal”.

problematizarmos, também, a necessidade de formular e implementar políticas públicas que sejam capazes de promover a integração da população excluída, bem como contrabalançar as desigualdades sociais que impossibilitam a igualdade de direitos e a justiça social em nosso País.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como enfatiza sabiamente Frantz Fanon (1979, p.253):

Não basta apenas combater pela liberdade de seu povo. É preciso também, durante todo o tempo de duração do combate, reensinar a esse povo e em primeiro lugar reensinar a si mesmo a dimensão do homem. É preciso percorrer os caminhos da história do homem condenado pelos homens e provocar, tornar possível, o encontro de seu povo e dos outros homens.

A luta pela libertação, proposta por Fanon, caracteriza-se pela genuína participação popular, sua busca por autonomia. A libertação remete ao desenvolvimento do que chama de consciência nacional, que desestabiliza os pilares da opressão (autoritarismo, assistencialismo, preconceito e inferiorização cultural), através da consciência de si e do mundo opressivo (seus mecanismos básicos), promove a construção de um novo homem, uma nova sociedade (ou uma nova nação), bem como o florescer de valores humanos de cunho universal. A libertação, segundo Fanon, emerge numa época de efervescência cultural.

A partir das idéias de Fanon, consideramos de suma importância o fortalecimento da cultura brasileira e de seu projeto de nação democrática e justa, ainda não alcançado, como forma de defesa de nossa diversidade e riqueza cultural, frente à inferiorização cultural homogeneizante e à

exploração sócio-econômica do neocolonialismo “globalizado”. Há necessidade de promover o reconhecimento de nossos condicionamentos sócio-históricos, de valorizar e afirmar as culturas locais, potencializar as pessoas nelas enraizadas, a necessidade de buscar a construção social de um novo homem, sujeito de sua história, capaz de buscar mais intensamente a autonomia pessoal e social, na concretização de seus sonhos.

Compreendemos que a transformação da realidade objetiva, em que estão inseridos os nordestinos, deve caminhar, lado a lado, com um processo pedagógico de formação de sujeitos críticos, questionadores e atuantes no processo de mudança social, que têm na participação social ativa um pré-requisito pra autonomia.

Acreditamos, então, que é preciso que cada sujeito se faça sociedade, torne-se energia que move o motor da história da coletividade que, por sua vez, o constitui como sujeito. Situando-nos em relação ao Brasil, para se constituir como um todo, como uma nação, devem ser tomadas medidas que contra-balanceiem as desigualdades brasileiras, que se apresentam do nível nacional-regional até o nível psicossocial.

Atualmente, o drama social brasileiro constitui-se numa complexa densidade e a participação do Estado, supervalorizando a esfera econômica, os imperativos do mercado “globalizado”, deixa desprotegida grande parcela da população nacional. Os nordestinos, como pudemos ver, surgem como exemplos dessa população desprotegida. Para contrabalançar as desigualdades sociais e suas terríveis conseqüências, o Estado deve se colocar numa postura ativa de proteção social, que propicie o fortalecimento do poder local e, cada vez mais, o controle social de caráter popular.

Deve-se dar destaque à criação de políticas públicas que possibilitem a inclusão social participativa dos diversos setores da população. Como coloca Alba Carvalho (2002, p.23), as experiências alternativas de poder local, na co-gestão das ações sociais, tornam-se importantes já que, atualmente, “o local afirma-se como um espaço de resistência e de ‘invenção do social’ em tempos do ajuste”. A partir das idéias de Góis sobre o Método de Ação Municipal (2003, p.21), concordamos que a dimensão municipal deve ser o locus preferencial das políticas públicas de inclusão social, já que o município se constitui como unidade básica das dinâmicas comunitárias e intercomunitárias, onde se pode construir um trabalho de intervenção apoiado “[...] nas contradições sociais e humanas e no diálogo entre as partes, preocupado com a participação social em um espaço de integração das diferenças e de diálogo Estado-Sociedade”.

Acreditamos que a Psicologia pode contribuir na compreensão dos aspectos psicológicos e psicossociais que envolvem esse processo de mudança social. Deve participar ativamente na construção de técnicas e métodos de intervenção que complementem as estratégias de políticas públicas implementáveis, principalmente, atuando no nível psicossocial e comunitário.

A realidade sócio-histórica de subdesenvolvimento em que vivemos, está gritando, está, há séculos, pedindo socorro. A Psicologia não pode ficar à mercê desse contexto. Concordamos com Martín-Baró (1998) que ela deve se constituir como uma ciência necessariamente situada e comprometida com a realidade. Num contexto de miséria e opressão, como o Nordeste, a Psicologia deve estudar e intervir nos determinantes ideológicos fundamentais da sociedade, bem como no processo de formação de sujeitos críticos.

Devemos encarar e combater o antigo mito da neutralidade científica, devemos comprometer-nos com a construção contínua da realidade. Estudantes e profissionais de Psicologia devem e podem se reconhecer integrados no drama cotidiano da população, devem e podem se colocar como verdadeiros sujeitos de sua história. Como nos disse Paulo Freire:

O fato de me perceber no mundo com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é a de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. A posição de quem luta para não ser apenas objeto mas sujeito também da História (1996, p.54).

Nesse sentido, é importante que a Psicologia, no Nordeste, busque uma constante inserção na realidade de extremo subdesenvolvimento, reconhecendo seu importante papel social de lidar com questões psicológicas emergentes, cujos exemplos são: a fome, a miséria, a indigência, a exclusão social, a desigualdade, a concentração de terras, a acumulação de capitais, a emigração, a inferiorização cultural, as relações de exploração e dominação, o fatalismo, as constantes psico-ideológicas, o caráter oprimido e a alienação.

Por fim, cabe sintetizarmos algumas ações e atitudes relevantes para uma Psicologia, que se volte para a realidade genuinamente nordestina:

- Atentarmos para a necessidade de uma aproximação humana e compromissada dos profissionais e estudantes de Psicologia, junto à realidade de miséria e exclusão social, em que se encontra a maioria dos nordestinos;
- Atentarmos para a necessidade de uma construção teórico-metodológica congruente com a realidade local;

- Contribuirmos na construção e execução de Políticas Públicas inclusivas e participativas;

- Contribuirmos no processo de formação de sujeitos críticos e autônomos nos diversos espaços de inserção profissional;

- Questionarmos as práticas psicológicas atuais, no sentido de avaliar que contribuições estão dando para a resolução dos reais problemas da população nordestina.

Eis algumas propostas que apresentamos, submetendo-as à reflexão daqueles que, como nós, empenham-se no estudo das relações entre Nordeste e Psicologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Ricardo.; POCHMANN, Marcio (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAÚJO, Tânia B. de. *Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?* Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.doc>>. Acesso em: 22 nov.2003.

BRAGA, Vivian. *Números que revelam o Brasil*. In: FÓRUM ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRIÇÃO DE PERNAMBUCO, FESAN-PE. Disponível em <<http://www.fesanpe.hpg.ig.com.br/vivian.html>>. Acesso em: 02 dez, 2003.

CARVALHO, Alba M. P. de. *As Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: relação Estado-Sociedade*. Natal: Curso de Introdução ao Direito Sanitário, UFRN, 2002.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome; o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984 (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 26^aed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

GÓIS, Cezar W. de L. *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza: Edições UFC, 1993.

_____. Por Uma Psicologia Popular. *Revista de Psicologia da UFC*. Ceará: Edições UFC, Vol.2, n° 1, Jan/Jun,1984, p.87-122.

_____. O "Paciente" Pobre. *Revista de Psicologia da UFC*. Ceará:Edições UFC, Vol.3, n° 1, jan/jun, 1985, p.83-88.

_____. *Psicologia Comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire, 2003a.

_____. *A Consciência Pessoal*. Fortaleza: UFC, 2003b (mimeo).

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro; a formação e o sentido do Brasil*. 2^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TELLES, Vera da S. *Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo*. *CADERNOS CRH*, n° 19, 1993, p.8-21.